

**HABEAS CORPUS Nº 515.337 - SP (2019/0167797-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO GIRADE PARISE - SP272254  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL COITINHO (PRESO)  
**PACIENTE** : CARLOS EDUARDO GALDINO DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : PRISCILA APARECIDA DE OLIVEIRA CINTRA (PRESO)  
**PACIENTE** : RODRIGO RAMOS DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em favor de **GABRIEL COITINHO, CARLOS EDUARDO GALDINO DA SILVA, PRISCILA APARECIDA DE OLIVEIRA CINTRA e RODRIGO RAMOS DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, constata-se a condenação dos pacientes à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por infração aos arts. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, e 244-B, da Lei n. 8.069/1990.

A Corte de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo para redimensionar a pena ao patamar de 6 anos e 8 meses de reclusão, mantidos os demais termos da sentença.

Neste *writ*, alega a defesa constrangimento ilegal diante da imposição de regime mais gravoso, embora preenchidos os requisitos legais para o estabelecimento do modo semiaberto, razão pela qual pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Após, tornem-me conclusos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

